

O RJ e o REGIME de RECUPERAÇÃO FISCAL

Simpósio: O papel da Rede Pró-Rio:

Debate e Ação Pública sobre o Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro

Paula Alexandra Nazareth e Nina Quintanilha Araujo

março de 2021

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Objetivo: analisar a adesão do Estado do RJ ao RRF e os resultados alcançados

Estrutura:

- A deterioração da situação fiscal do RJ: decretação de calamidade financeira
- A adesão do Estado do RJ ao Regime de Recuperação Fiscal
- Plano de Recuperação Fiscal do RJ: medidas propostas e implementação
- Balanço do PRF-RJ e impactos nas finanças estaduais

Metodologia: pesquisa documental e bibliográfica e análise de dados fiscais

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Antecedentes: 2007/2014 - crescimento da economia global e nacional

RJ: Aumento real das receitas (tributária e petrolíferas) e superávits primários (até 2012)

Gestão Sérgio Cabral: “ajuste fiscal” e modernização administrativa

⇒ *investment grade* das agências de *rating* (Fitch e S&P, de 2010 a 2016)

⇒ contratação de novas operações de crédito com abertura de “espaço fiscal”

⇒ investimentos em infraestrutura para atrair investimentos privados

Alinhamento político com governo federal

⇒ investimentos para Copa 2014 e Jogos 2016

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Antecedentes: a partir de 2014 - crise econômica e política

⇒ quedas do PIB, do emprego e das transferências federais

⇒ corrosão da base tributária de estados e municípios

RJ: Elevado endividamento e dependência do petróleo agravaram situação:

⇒ queda do preço do petróleo (de U\$112 jun/14 para U\$31 jan/16) e suspensão dos investimentos da Petrobras (LavaJato)

⇒ redução das rendas da exploração do petróleo e gás natural

⇒ Impacto no Rioprevidência

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Antecedentes: a partir de 2014 - crise econômica e política

Rioprevidência: Descapitalização por queda das receitas (desde 2013)

- ⇒ redução de 13% das rendas petrolíferas para pagar dívida com União e término antecipado do fluxo de resgates de CFTs, sem recomposição do ativo
- ⇒ antecipações das rendas futuras (petrolíferas) – 2013, 2014 e 2018: mais encargos e menos receitas nos anos seguintes
- ⇒ 2015: Tesouro aporta recursos para pagamentos de inativos e pensionistas
- ⇒ Receitas líquidas do Fundo caem de R\$ 5,2 bilhões em 2012 para R\$ 1,9 bilhão em 2016

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

2016: crise se aprofunda

⇒ PIB nacional cai 3,6% e PIB do RJ 3,7%

⇒ queda real da arrecadação estadual (-22%) e das receitas do petróleo e gás (-40%)

⇒ queda real da Receita Corrente Líquida (-18%)

Impacto nos indicadores de despesa com pessoal e de endividamento

⇒ Ultrapassam limites LRF!

⇒ Sequência de déficits primários crescentes evidencia o desequilíbrio fiscal do RJ

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

2016:

Despesa líquida com pessoal consolidada = 72% da RCL (> limite de 60% LRF)

⇒ Causas: redução da RCL e mudanças no cálculo de apuração da despesa líquida

- inclusão de gastos com terceirização substitutiva de mão de obra e pagamento de inativos e pensionistas pelo Tesouro e não com recursos do Rioprevidência

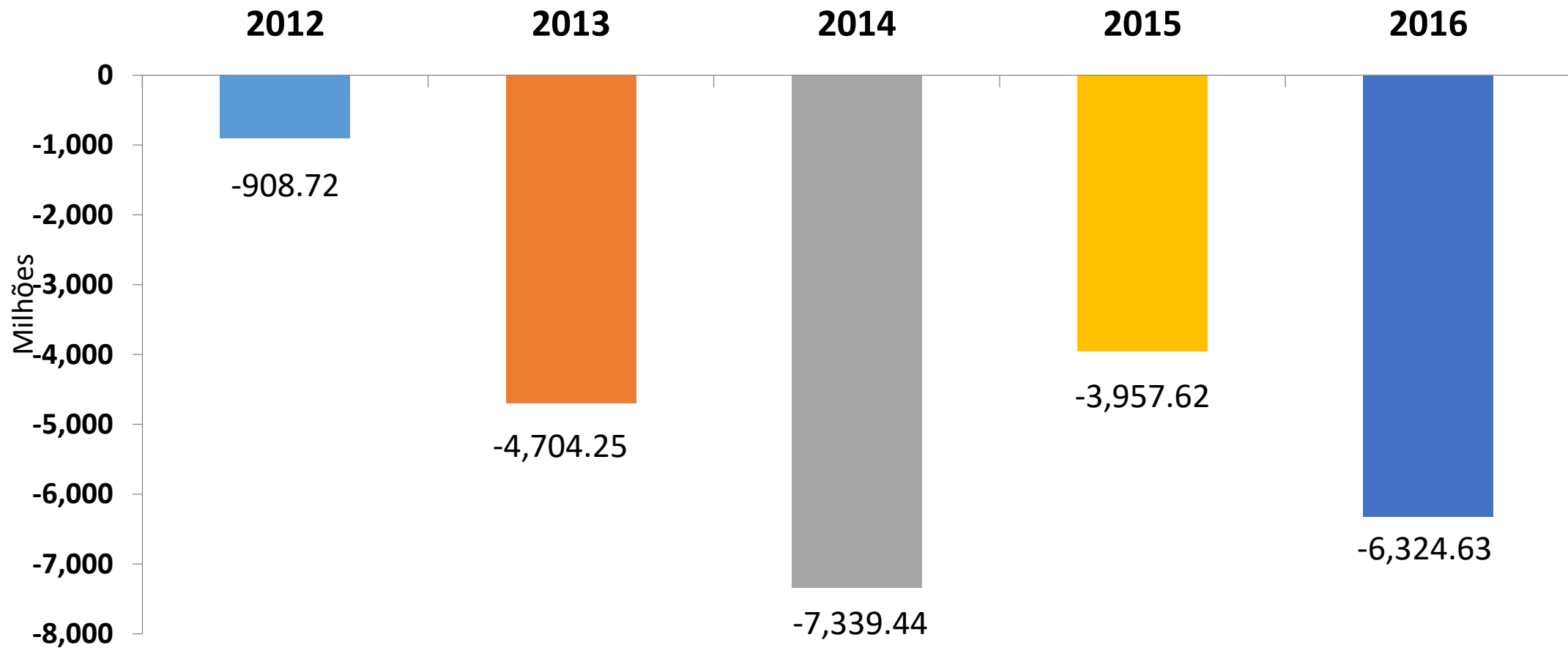
Dívida consolidada líquida: 234% da RCL (> limite de 200%, Resol. SF 40/01)

⇒ aumento de R\$ 67 bilhões em 2012 para R\$ 108 bilhões em 2016

⇒ passa de 165% para 234% da RCL

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Estado do RJ - Resultado Primário (2012 a 2016)



O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

2016: Decretado estado de calamidade na administração financeira

- atrasos salariais e com fornecedores
- arrestos judiciais
- caos financeiro e ajuda federal de R\$ 2,9 bilhões para segurança pública nos Jogos

2017: adesão ao Regime de Recuperação Fiscal

- **RRF:** Lei Complementar 159 de 19/05/17
- **Plano de Recuperação Fiscal do RJ** : homologado em 05/09/17

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Lei complementar federal nº 159/2017

§ 2º” ...envolve a **ação planejada, coordenada e transparente de todos** os Poderes, órgãos, entidades e fundos dos Estados e do Distrito Federal para **corrigir os desvios que afetaram o equilíbrio das contas públicas**, por meio da **implementação das medidas emergenciais e das reformas institucionais determinadas no Plano de Recuperação** elaborado previamente pelo ente federativo que desejar aderir a esse Regime.”

Requisitos para adesão:

- Receita Corrente Líquida anual < Dívida Consolidada do ano anterior ao pedido de adesão
- Σ despesas liquidadas com pessoal, juros e amortizações \geq 70% da RCL do ano anterior
- Σ obrigações contraídas > disponibilidades de caixa e equivalentes de recursos sem vinculação

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Prerrogativas:

- “redução extraordinária integral das prestações relativas aos contratos de dívidas” administrados pela STN; prazo \leq do RRF
- suspensão da aplicação dos limites da LRF para despesa com pessoal e dívida consolidada e de exigências para transferências voluntárias

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Plano de Recuperação Fiscal do RJ (PRF-RJ) : aprovado pela lei estadual nº 7.629/2017

- diagnóstico (ente reconhece situação de desequilíbrio financeiro)
- medidas obrigatórias (exigência RRF) e outras propostas pelo RJ
- vedações
- metas até 2020 (mas fluxo de caixa com projeções até 2023 - máximo com prorrogação)
- resultado esperado: R\$ 94 bilhões (até 2023)

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Medidas obrigatórias:

- Autorização Privatização CEDAE/ Operação de Crédito Antecipação Venda
- Redução incentivos tributários em 10% a.a. (criação do FEEF, posteriormente FOT)
- “Teto de gastos” estadual (lei complementar nº 176/17)
- Instituição do Regime de Previdência Complementar (criada RJPREV em 2012)
- Revisão do RPPS com novas regras previdenciárias (reduz pensões por morte)
- Proibição de saques de depósitos judiciais
- Autorização para realizar leilões de pagamento de Restos a Pagar (maior desconto)

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Outras Medidas propostas pelo RJ:

- Tributárias – majoração de ICMS e ITD; modernização da administração fazendária; revisão de incentivos fiscais; revisão do Repetro
- Petróleo e Gás – início da exploração do campo de Libra; revisão dos preços mínimos de petróleo e gás; antecipação de receita de royalties e participações especiais
- Patrimônio – alienação de imóveis do Rioprevidência; securitização da dívida ativa; alienação das ações representativas da CEDAE
- Pessoal – aumento da contribuição previdenciária; auditoria previdenciária
- Administrativas – venda da folha de pagamentos; reestruturação administrativa; concessão da CEG e CEG-RIO; concessão de linhas de ônibus intermunicipais

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Vedações (aumento de despesas e redução de receitas)

➤ **Despesas com pessoal:**

- reajuste de remuneração; criação de cargo, emprego ou função; alteração de estrutura de carreira; admissão ou contratação de pessoal; realização de concurso público e criação ou majoração de auxílios.

➤ **Outras vedações:**

- criação de despesa obrigatória de caráter continuado; reajuste de despesa obrigatória acima do IPCA; concessão/ampliação de incentivo tributário do qual decorra renúncia de receita; contratação de publicidade e propaganda; celebração de convênio, acordo, ajuste ou outros que envolvam transferência de recursos para outros entes ou sociedade civil e contratação de operações de crédito e recebimento ou concessão de garantia, ressalvadas aquelas autorizadas no âmbito do RRF.

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

PRF-RJ: balanço setembro/2017 a agosto/2020

Avaliação Conselho de Supervisão do RRF:

- **frustração de R\$ 5,9 bilhões** (ajuste proposto R\$ 28 bilhões; alcançado R\$ 22 bilhões)

- **Melhor desempenho:**
 - **Antecipação de Receitas Futuras de Royalties e Participações Especiais:** alívio temporário de caixa; piora no futuro com custo das operações e redução das receitas;
 - **Revisão do Repetro:** adesão ao Convênio ICMS 03/18 - redução da base de cálculo do ICMS nas atividades de E &P
 - **Majoração das alíquotas de ITD e ICMS** (aumento de carga tributária)

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

PRF-RJ: balanço setembro 2017 a agosto/2020

Pior desempenho ou não realizadas:

- Auditoria Previdenciária; Revisão de Incentivos Fiscais; Securitização da Dívida Ativa; Modernização Fazendária; Nova Metodologia do Preço de Referência do Gás & Participações Especiais; Antecipação da Concessão da CEG e CEG-Rio; Operação de Crédito de Antecipação de Venda da CEDAE; e Concessão de Linhas de Ônibus

Vedações:

- **25 violações: impacto estimado de R\$ 600 milhões** - 18 referentes a despesas com pessoal
- RJ apresentou medidas de compensação, parcialmente aceitas...
- Renovada solicitação, medidas aceitas em julho/2020

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

PRF-RJ: balanço setembro/2017 a agosto/2020

Situação Atual:

- **Indefinição quanto à prorrogação automática:** TCU concedeu liminar autorizando RJ a permanecer no RRF (ratificada pelo STF em dezembro/2020)
- **Conselho de Especialistas** formado por economistas para elaborar um novo Plano de Recuperação Fiscal
- **LCF nº 178/21 cria o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PATF)**
 - reestrutura o RRF: novos critérios para renegociação de dívidas, simplifica e altera requisitos de adesão, extensão do prazo de vigência para 10 anos visando adesão de mais entes

RJ anunciou que encaminhará pedido de adesão ao novo Regime quando regulamentado

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Impactos do RRF nas finanças estaduais

Aspectos positivos: melhora de indicadores fiscais entre 2016 e 2019

- **Aumentou Receita Corrente Líquida:** R\$ 54,3 bilhões para R\$ 60,7 bilhões
- **Caiu Gasto com Pessoal Consolidado:** 72,3% para 47,8% da RCL
- **Melhorou resultado Primário:** déficit de R\$ 6,3 bi para superávit de R\$2,4 bilhões em 2019

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Aspectos não favoráveis à sustentabilidade fiscal no longo prazo

➤ Dívida Consolidada Líquida:

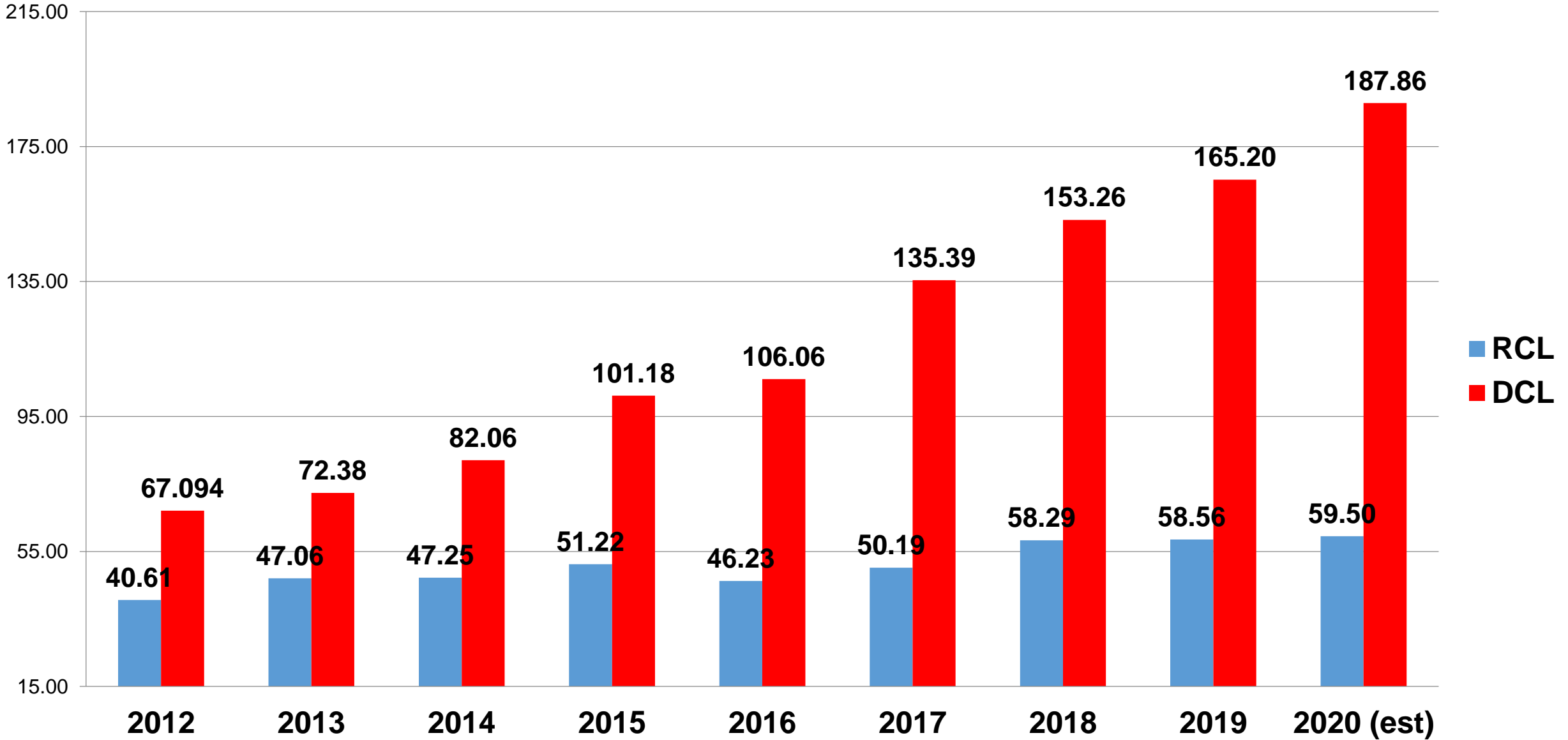
➤ **Aumento exponencial:** de R\$ 67 bilhões para R\$ 165 bilhões entre 2012 e 2019

➤ **Relação DCL/RCL:** de 165% para 282%

➤ **Causas:** Recálculo do saldo devedor com União (R\$13 bilhões em 2017 = 59% do ajuste PRF-RJ) e Incorporação das prestações não pagas

➤ **inviável recondução ao limite LRF** por aumento de receitas ou redução de despesas primárias

Estado do RJ: Evolução da RCL e DCL - 2012/2020 (em R\$ bilhões)



O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Aspectos não favoráveis à sustentabilidade fiscal no longo prazo

- **Antecipação de receitas futuras do petróleo:** alívio de caixa temporário
 - encargos elevados e reduz receitas do Rioprevidência
 - necessário aporte do Tesouro para pagar inativos e pensionistas (aumenta gasto com pessoal)
- **Controle das despesas:** dada rigidez de despesas de pessoal
 - arrocho salarial do funcionalismo e piora na prestação de serviços públicos
- **Perda de autonomia na gestão da política fiscal**
 - vedações e medidas obrigatórias determinadas por legislação federal

O RJ e o Regime de Recuperação Fiscal

Austeridade fiscal não resolve - causas são estruturais:

- Crise não é responsabilidade exclusiva do RJ: União assumiu papel apenas de credora (ameaça ao pacto federativo)
- Debilidade da economia fluminense na geração de receitas sustentadas
- “Injustiças federativas” do sistema tributário nacional reduzem arrecadação do RJ (ICMS do petróleo cobrado no destino e não na origem)
- Falta política de desenvolvimento estadual transparente e com acompanhamento de metas
- Incapacidade de resolver deficiências estruturais de gestão: planejamento, melhoria de processos e esforço de articulação política e administrativa
- Riscos: confirmação das novas regras de distribuição das rendas petrolíferas e impactos da pandemia do coronavírus

Obrigada!

Paula Nazareth
paulanazareth@gmail.com

Nina Quintanilha Araujo
ninaqaraujo@gmail.com